

AS POLÍTICAS CULTURAIS DE GOVERNO NAS MENSAGENS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL¹

Rosimeri Carvalho da Silva²
Paola Correia³

RESUMO: Apresentamos neste texto a análise dos enunciados sobre cultura feitos pelos governadores do Rio Grande do Sul à Assembléia Legislativa, no período de 1995 a 2010. Analisamos o conceito de cultura, a relevância dada à cultura, a orientação das ações propostas em termos da extensão do objeto, das estratégias enunciadas, dos investimentos indicados e da articulação com outras áreas. Identificamos certas diferenças entre os governos, notadamente com relação ao governo de Olívio Dutra, os demais, apesar de mostrarem características específicas se aproximam bastante em termos de políticas enunciadas para a cultura. Predomina o conceito sociológico, baixa relevância da área e orientação mercadológica.

PALAVRAS-CHAVE: cultura, políticas culturais, Rio Grande do Sul, Assembleia Legislativa

Introdução

Podemos compreender as políticas culturais como planejamentos e ações desenvolvidas pela administração pública, organizações não governamentais, ativistas sociais e empresas privadas com a finalidade de promover intervenções no campo da cultura.

No governo Lula, houve a iniciativa de uma nova fase das políticas culturais, baseadas nas experiências de governos locais do Partido dos Trabalhadores (PT) cujo aspecto marcante foi a ampliação da visão de cultura, a partir do conceito antropológico, e a intenção de democratização da gestão e das políticas públicas, implementando diversos programas, entre os quais se destaca o Programa Cultura Viva que financiou pequenos grupos que realizavam atividades culturais através dos Pontos de Cultura em diversas regiões do Brasil.

¹ Pesquisa financiada com recursos do CNPq.

² Professora da Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisadora do CNPq, rfcsilva@ea.ufrgs.br.

³ Acadêmica do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC CNPq, nickcm2@hotmail.com.

Nesse mesmo Período o Estado do Rio Grande do Sul passava, ao contrário do país, por dois governos de centro-direita, Germano Rigotto, do PMDB, governou o Estado de 2003 a 2006 e Yeda Crusius, do PSDB, no Período de 2007 a 2010. Os analistas do campo da cultura no Brasil indicam que as transformações no campo em termos de políticas públicas foram bastante significativas, embora as análises em termos dos resultados desta nova dinâmica ainda estejam sendo realizadas. Parece-nos que frente a estas constatações e à configuração política do Rio Grande do Sul, tentar compreender a dinâmica das políticas culturais no Estado é importante para que possamos analisar de que modo o campo da cultura no RS se relacionou com a dinâmica proposta e, em alguns aspectos, implementada pelas políticas culturais do nível federal.

Embora os objetivos da pesquisa que realizamos neste momento sejam mais amplos, nesse primeiro momento, realizamos um levantamento, através de dados secundários, do histórico das políticas de governo no Estado. Consideramos que o Estado e os seus governos são agentes destacados em vários campos e, especialmente, no campo da cultura. Portanto, nos parece importante começar a aproximação pelos documentos que expressam algumas intenções dos governos. Elas não serão consideradas como “verdadeiras” por estarem formalizadas, mas nos permitirão levantar as primeiras informações que poderão ser problematizadas na continuidade da pesquisa.

Neste artigo analisaremos, portanto, as manifestações dos governos do RS relativas à cultura no período de 1995 à 2010, com o objetivo de identificar o conceito de cultura que orienta a formulação e implementação destas políticas, a relevância atribuída à cultura, e a orientação das ações que os governos manifestam querer implementar . Os dados apresentados foram coletados das mensagens do governador à Assembleia Legislativa assim como de alguns artigos científicos e acervos públicos.

Cultura e Políticas Públicas

Um marco no entendimento de cultura para as políticas culturais se deu em 1982 na Conferencia Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult) da Unesco, realizada no México, onde a cultura passou a ser concebida como um conjunto de aspectos distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social, englobando, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2001).

Alguns autores, como Isaura Botelho, que pensam nas formas como a cultura é tratada nas políticas culturais, se referem além de uma dimensão antropológica, também a uma dimensão sociológica. No caso, a dimensão sociológica “não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo [...], refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas [...] que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura” (BOTELHO, 2001, p. 4), e assim essa dimensão se atém ao circuito de produção, circulação e consumo de bens simbólicos. Já para a dimensão antropológica “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 3). Entendida como tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando, através da interação social, a dimensão antropológica expressa modos de pensar e sentir, valores, identidades e diferenças, o que faz com que a socialização, que se apresenta diferenciada a cada grupo social, em função de suas distintas vivências e experiências, seja fator imprescindível para a formação dos valores culturais.

Logo se percebe que a amplitude do conceito que é utilizado delinea a extensão do objeto das políticas culturais, comportando as questões a serem enfrentadas por tais políticas. A própria Botelho (2001), comparando as dimensões com que trabalha, atenta para o fato de que, em termos de política cultural, o tipo de conceito adotado para uma administração exige estratégias e investimentos diferenciados. Para as políticas de cultura que se baseiam em dimensões antropológicas, são necessárias formulações que promovam mudanças nos “estilos de vida de cada um”, com uma “reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos”, e ainda exige uma articulação governamental com as demais áreas (a ideia de transversalidade), como a educação, a saúde, dentre outras. O que faz com que, em relação à dimensão sociológica (que é mais prática e visível através dos programas, projetos e financiamentos), seja um processo mais lento e difícil (inclusive na elaboração de ações e na mensuração de seus resultados) (BOTELHO, 2001, p. 5).

Embora considerada por muitos como uma melhor forma de compreender a cultura, deve-se ressaltar, como aponta Eagleton (2005, p. 51), que o significado antropológico pode ser debilitantemente amplo, em função de abranger tudo, “desde estilos de penteado e hábitos de bebida até como dirigir a palavra ao primo em segundo grau de seu marido”, e assim, o autor considera que algumas coisas são demasiado mundanas para serem culturais, ao passo que outras são demasiado inespecíficas. Para o autor, o que os antropólogos entendem por

cultura é o modo de vida de um determinado povo vivendo junto em um certo lugar, e sua crítica é que essa visão acaba considerando uma versão estetizada da sociedade, dessa forma a palavra “cultura”, que se supõe designar um tipo de sociedade, funciona como uma forma normativa de imaginar essa sociedade (EAGLETON, 2005, p. 42).

Além de um entendimento do que é cultura (que pode estar explícito ou implícito), toda política cultural possui uma compreensão do que é política. Para Oliveira (2011), políticas são o conjunto de intervenções práticas capaz de articular múltiplos saberes e atores. Sendo assim, as políticas culturais não se reduzem ao que é feito pelos governos, se estendendo o assunto ao conjunto de ações desenvolvidas pelos grupos e instituições que interferem na área (CANCLINI, 1990). No entanto, Secchi (2010, p. 4) faz a ressalva de que não há dúvidas de que o “Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas”, centralidade que é consequência, por exemplo, do monopólio da força legítima, que lhe dá superioridade objetiva com relação a outros atores.

O entendimento de política pública pode seguir uma abordagem estatista ou multicêntrica (SECCHI, 2010). Uma abordagem estatista se percebe em Teixeira (2002) e no Instituto Brasileiro de Políticas Públicas (IBRAPP, 2011), onde as políticas públicas são vistas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Entendidas dessa forma, as políticas públicas são políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (como leis, programas e linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos, recursos que podem ser diretos ou exercidos através de renúncia fiscal (isenções), além de regular relações que envolvem interesses públicos.

Por isso, cabe uma distinção do que é uma política governamental – aquelas políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais, que podem ser políticas públicas ou não. Nos dias atuais, as políticas governamentais são as que mais se sobressaem e recebem atenção dentro das políticas públicas, também sendo consideradas seu subgrupo mais importante (SECCHI, 2010).

Para Filippim e Rossetto (2008), no Brasil, ao longo da história as políticas têm sido ditadas pelo governo federal, ao passo que governos locais não assumem grande relevância como agente de fomento e se apresentam como meros prestadores de serviços.

Embora consideremos que as políticas culturais sejam construídas através da atuação de muitos agentes, portanto multicêntrica, neste artigo exploramos exclusivamente as políticas

governamentais e, mais especificamente, a declaração de intenção que os diferentes governos do Rio Grande do Sul expuseram aos deputados.

O Estado do Rio Grande do Sul e a Cultura

Embora o período que vamos analisar se inicie em 1995, nos parece importante ter uma rápida visão da história do Estado principalmente no que diz respeito às relações políticas e culturais.

De acordo com Fraga (2004, p. 67) a cultura no RS reflete o autoritarismo e o conservadorismo da concepção original da República Riograndense e, estava “associada aos iniciados, aos grandes intelectuais alinhados ao poder vigente e aos demais membros da elite, sendo tratada como verniz, cultura de salão”. As organizações culturais existentes no Estado veiculavam um modelo elitista moldando tanto aqueles que estavam inseridos nos grupos privilegiados quanto aqueles que, mesmo não fazendo parte, a ele estavam expostos, assimilando-o e o reproduzindo.

Somente em 1954, um decreto regulamentou a criação da Divisão de Cultura e, em 1971, foi constituído o Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação que, em 1979 passou a ser designado como Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo. Em 1983 o Departamento se torna Subsecretaria da Cultura, sempre vinculada à Secretaria da Educação. Esta vinculação e subordinação à Secretaria de Educação resultou em que grande parte do funcionalismo ligado às atividades culturais mantidas pelo Estado fosse constituído de professores cedidos pela Secretaria de Educação para trabalhar em museus, bibliotecas e outros órgãos. Em 1987, foi instituído o Conselho de Desenvolvimento Cultural, diretamente vinculado ao Governador e presidido por este que era, então, Pedro Simon, que demandou uma Nova Política Cultural, pela qual foram criados núcleos culturais no interior do Estado (FRAGA, 2004). Este rápido histórico evidencia o pequeno espaço reservado à cultura no Estado e, Segundo Fraga (2004, p. 66),

Da mesma forma, a insuficiência dos orçamentos da área e as diretrizes pouco elucidativas sobre o papel e os limites da intervenção do Estado nos assuntos da cultura foram frutos de uma participação debilitada e anti-democrática dos grupos sociais e políticos, que pudesse orientar ações decisórias. Também a falta de estratégias de fomento para a área cultural enfraqueceu as demandas do público, que, percebendo-se alijado do processo político, sem a possibilidade de expressão que respeitasse a pluralidade cultural, recebiam de maneira assistencial apoio às atividades culturais.

A instalação da Secretária da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC) ocorreu em 1990 (Lei Estadual 9117, de 20 de julho de 1990) no governo de Sinval Guazelli, tendo como primeiro secretário Carlos Jorge Appel. Segundo o relatório de governo, “significou, concomitantemente, a reafirmação de uma vontade política do governo do Estado, o reconhecimento da validade e relevância das ações concretizadas e, sem dúvida, o atendimento a uma reiterada reivindicação dos produtores culturais de todo o Estado”(Rio Grande do Sul, 1991).

No **governo de Antônio Britto** (1995-1999) e coligação, envolvendo PMDB-PL-PSDB, PFL e PPR na formação de seu secretariado com o discurso da “união partidária”, que acabou reunindo adversários históricos, desde a época do MDB e da Arena, a articulação política governista foi determinante para a execução de políticas, garantindo a aprovação da grande maioria dos projetos de reformas legislativas e constitucionais encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo. Além disso, os padrões ideológicos e o relacionamento entre governo federal (FHC) e regional exerceram grande influência na concretização das coalizões que sustentaram o governo estadual.

A cultura ocupa um espaço modesto nos planos de Antônio Britto para o Estado, dividindo espaço com os planos para o turismo, voltando-se nesse aspecto para a “manifestação da cultura gaúcha” no sentido mais tradicional e regional do conceito.

Os itens abordados para a área cultural na política de governo de Britto são:

- Dar suporte para que Porto Alegre seja a capital cultural do MERCOSUL;
- Apoio à produção cultural onde ela se manifesta, com incentivos a quem ajuda a cultura. Serão executados projetos específicos para recuperação do patrimônio histórico e implantação de oficinas de cultura.

O secretário da cultura no Estado, entre 1995 e 1996, Carlos Jorge Appel, (PMDB), escritor, editor e crítico literário, foi um dos responsáveis pela criação da Casa de Cultura Mário Quintana, e teve como proposta inicial aproximar a cultura à vida cotidiana da comunidade.

Um dos marcos deste período foi a implementação do mecanismo de financiamento cultural com renúncia fiscal nos moldes da Lei Rouanet, com a criação da Lei de Incentivo à Cultura (LIC-RS), em 1996 (Lei 10.846 de 1996), a partir de renúncia de ICMS. Na mensagem do governador de 1997, é anunciada a criação do Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às atividades culturais que, “foi instituído alicerçado à ideia de

uma política cultural atuante e eficaz que desenvolva um mercado de projetos culturais, estimule empreendimentos junto à iniciativa privada, facilite aos produtores e artistas o acesso aos mecanismos de incentivo no setor e aproxime mais a população gaúcha das diversas manifestações culturais do Estado”. (Mensagem do governador, 1997, p. 41)

Carlos Jorge Appel foi substituído por Nelson Boeira (1997 e 1998), filósofo, sociólogo e historiador gaúcho, professor da UFRGS. A passagem de Nelson Boeira pela SEDAC ficou marcada pela realização de shows, eventos e workshops de grandes proporções (Zero Hora, 2010), aproveitando o novo mecanismo de financiamento, também foi nesse período que a Bienal do MERCOSUL foi lançada e o Prêmio RGE de Cinema foi implementado.

Foi enunciada a intenção de “interiorização” das políticas culturais ao ser promovido o incentivo ao crescimento auto-sustentado através do Projeto de Desenvolvimento da Cultura no Interior, e o Projeto de Democratização dos Equipamentos Culturais do Estado: Itinerâncias; Projeto Rede RS de Cultura e a reativação do Teatro do IPE e o Festival Gaúcho de Arte e Tradição (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1998).

Assim, no Governo Brito pode-se perceber algumas realizações importantes na área da cultura, a criação da LIC nos moldes da Lei Rouanet foi um acontecimento que impactou o campo desde então, evidencia o alinhamento do governo estadual neste período com as políticas neo-liberais que vinham sendo implantadas no nível federal. O conceito de cultura é predominantemente voltado para as artes, o que se vê através do foco nos equipamentos existentes, embora também considere a perspectiva antropológica, através do reconhecimento do tradicionalismo como forte traço da cultura do Estado. Frente à atenção dada a outras áreas, a cultura não demonstra ter muita relevância neste governo e a orientação das ações propostas apresenta um objeto de pequena extensão, com estratégias predominantemente liberais, poucos investimentos na área e ausência de articulação entre as ações da cultura e outras áreas, embora o foco do programa de governo esteja voltado para a saúde, justiça, educação, infra-estrutura e segurança.

O **governo de Olívio Dutra**, (PT - 1999-2002), tendo como lema: “Desenvolvimento com Cidadania e Participação Popular” e, como objetivo central a geração de emprego, conforme consta nos registros das mensagens do governador à Assembleia Legislativa, partia da compreensão de que as políticas macroeconômicas neoliberais adotadas pelo governo federal durante a década de 90 trouxeram consequências nefastas de estagnação do crescimento para o país como um todo e para o Rio Grande do Sul, ao permitirem que setores

políticos e econômicos locais desenvolvessem a tese de que a retomada do crescimento econômico só poderia se dar através da alteração da matriz produtiva associando o desenvolvimento do estado à atração de grandes empreendimentos e com a implementação do receituário neoliberal. Considera como desastrosas a anterior administração pública do estado ao abandonar a pequena e média indústria local. Com estas críticas, o modelo de um novo projeto “democrático e popular” para desenvolvimento social e econômico do estado do Rio Grande do Sul é defendido pelo governo de Dutra, visando, dentre outras esferas o acesso às condições do exercício da cidadania às amplas camadas da população para decidir os rumos da sociedade e assim criar uma nova cultura de participação e responsabilidade coletivas no trato da coisa pública. (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2002).

Foram implementados no estado do Rio Grande do Sul um conjunto de fóruns participativos tanto pelo executivo estadual, através do Orçamento Participativo Estadual, quanto pelo legislativo, através do Fórum Democrático, promovendo um padrão de relação diferente entre os dois poderes, destes com a sociedade e a expansão da economia local e dos empregos, e que potencializasse os diversos setores da economia gaúcha.

O secretário de Cultura do Estado, no governo de Dutra, foi Luis Pilla Vares (PT), jornalista, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, e estudioso de Política e Filosofia. Sua gestão foi marcada pelo sucesso de algumas organizações, como o MARGS, também defendeu o fortalecimento das instituições de controle do poder público e inaugurou o Memorial do Rio Grande do Sul. Foi substituído em 2001 por Luiz Marques (PT), cientista político e professor da UFRGS, que defendeu o uso da LIC também em projetos menores e protagonizados por talentos jovens e menos conhecidos. Durante sua gestão, houve a criação de incentivos de menor impacto financeiro, como o Prêmio IECINE de cinema, o restauro da Casa de Cultura Mario Quintana e a adequação do programa de descentralização da cultura implementado na Capital.

É desta gestão a criação do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) (Lei ordinária 11.706, Estado do Rio Grande do Sul, 2001), mecanismo de incentivo direto do governo, como alternativa à LIC com a finalidade de financiar projetos culturais, destinado a fomentar, por meio de financiamento, a produção artística-cultural do Rio Grande do Sul.

No que tange a cultura e educação, durante a gestão de Olívio Dutra foi estabelecida e estruturada através de lei política estadual do livro, visando fomentar o desenvolvimento cultural, estimular a criação artística e literária, reconhecer o livro como instrumento para a

formação educacional. Também são criados Núcleo de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular, em diferentes regiões do Estado.

A SEDAC possuía em sua estrutura organizacional em torno de 40 instituições que se constituíam, até 1998, em centros de poder autônomo e, a partir de governo de Dutra, foram realizados processos para unificar suas ações. Houve a implementação das primeiras ações do Projeto Qualificarte destinado a cursos de treinamento na área da cultura e a criação de Conselhos Consultivos de apoio a todas as instituições da SEDAC, visando a democratização e estímulo ao espaço para os agentes de cultura e objetivando estender à cultura o conceito de gestão participativa e solidária e ampliar o acesso da população aos bens culturais. Além do passo no sentido da democratização das ações e da definição das políticas culturais do Estado, que foi a criação dos Núcleos Regionais de Cultura. As iniciativas de descentralização que visaram direcionar a intervenção da Secretaria, no sentido de fazer circular a produção cultural do Estado por todas as regiões disponibilizando o acesso aos bens culturais a amplas camadas sociais.

Dentre outras ações, as mensagens destacam muitos projetos que incluem diversas regiões do Estado, de formação de público e de artistas, de desenvolvimento do cinema e de recuperação de equipamentos culturais (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1998).

A orientação deste período parece, então, procurar ampliar o leque de atuação do Estado no campo da cultura, que no período anterior estava restrita às medidas de financiamento via incentivos fiscais. A própria perspectiva de cultura é alterada e, ao invés de conceber a cultura como oportunidade de negócios, tenta concebê-la como um espaço de construção do ser humano, alterando, também sua relevância, na medida em que a percebe como um dos aspectos centrais na construção de relações igualitárias. Ao passo que procura promover a produção e uso de novos valores com o incentivo ao desenvolvimento de produções culturais. Neste período parece haver uma preocupação maior com a criação de condições de uso e uma preocupação menor, embora não ausente, com o mercado, claramente vinculada a uma perspectiva de democratização cultural. A principal articulação percebida foi com a área de educação.

No **governo de Germano Rigotto** (PMDB – 2003-2006), o programa administrativo centrava-se na atração de investimentos, fomento ao desenvolvimento econômico, a inclusão social, combate às desigualdades regionais e modernização da gestão de serviços públicos, no entanto viu-se confrontado com o agravamento da crise fiscal, e com necessidade de tomar

medidas para enfrentar dificuldades estruturais (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA, 2005). Pós fim aos fóruns impulsionados pelo OP-RS, embora não tenha acabado com as formas participativas de discussão orçamentária ao implantar outra proposta, a consulta popular, baseada em uma dinâmica participativa mais indireta, organizada pelos conselhos municipais, regionais e estaduais existentes. Outra evidente ação de “carimbo” de uma atividade com o selo de uma gestão, que se repete em várias situações, embora, é claro, não se possa ignorar a vontade autêntica de reduzir a participação.

Roque Jacoby (PSDB), economista e editor, assumiu como secretário da Cultura, em 2002. Durante sua gestão foi aprovada a Lei Bernardo de Souza que permitiu a ampliação da lei de incentivo, permitindo às empresas de porte menor descontar do ICMS o valor investido em cultura. Apesar do governo apático de Rigotto, ser considerado por críticos como sem grandes conflitos ou realizações, a questão cultural ainda é trabalhada como acessório na esfera política, quando se deu início aos debates em torno do fim das concessões de incentivos fiscais. Rigotto declarou-se favorável aos incentivos na cultura e haveria buscado formas de se garantir a manutenção ou a regulamentação de algum dispositivo legal que resguarde essa possibilidade de incentivar a cultura. Esta foi uma batalha do secretário de cultura que chegou a assinar um documento em conjunto com 22 secretários de outros estados para reivindicar autonomia para estes na escolha de fundos ou renúncia fiscal para financiamento da cultura (CULTURA E MERCADO, 2003).

Na sua gestão a SEDAC foi premiada com o TOP Marketing Cultural, foi efetuado o programa Biblios Museum, a implementação do Programa Complexo Cinematográfico do Rio Grande do Sul, o Programa Interiorização da Cultura, e o Programa Produção e Expansão Cultural, o Programa RS- Patrimônio Cultural, e o apoio, através da LIC, à construção do Multipalco do Theatro São Pedro. O projeto do Multipalco é outra ação que além de sofrer muitas críticas, se arrasta por muitos anos (em grande parte devido à sua dimensão).

Embora enuncie um conceito de cultura próximo da perspectiva antropológica e procure dar maior destaque à cultura que os governos anteriores de centro-direita, a orientação das ações é predominantemente liberal, utilizando sobretudo mecanismos de renúncia fiscal para o financiamento da cultura, assim como um foco na construção de grandes projetos. A cultura não ocupa um lugar relevante e sua orientação está focada nos equipamentos.

No **Governo de Yeda Crusius** (2007 a 2011), coligação do PSDB com PFL, a SEDAC foi assumida por Mônica Leal Markusons (PP), jornalista e redatora, sem relação com a área. Inicialmente o governo Yeda havia proposto a fusão da Secretaria da Cultura com

a do Turismo, medida que implicaria em uma virtual extinção da mesma, ou pelo menos, em um prejuízo da gestão das políticas na área da cultura, apenas através de mobilizações das associações da área da cultura, a proposta foi retirada. No entanto, alguns entendem que a nomeação de Mônica, atuante sobretudo na área de segurança pública, concretizou a extinção que a governadora queria efetuar com a fusão. O Governo definiu uma agenda para a área no Período de 2007 a 2010:

implementar a ação cultural em todos os segmentos da sociedade, de forma a promover a inclusão social e a geração de postos de trabalho e renda; consolidar e aprimorar o sistema estadual de financiamento e incentivo às atividades culturais e implementar o fundo de apoio à cultura; modernizar estruturas e equipamentos, de forma a viabilizar o acesso de toda a sociedade; e capacitar e formar um quadro técnico especializado para os setores culturais, de forma a garantir a efetiva prestação de serviços culturais à comunidade. (Mensagem da Governadora, 2008, p. 129).

Na primeira mensagem enviada à Assembléia afirma-se que “O Estado não deve atuar no mercado como produtor cultural, disputando recursos com os demais produtores culturais, mas sim posicionar-se como agente estratégico no processo de maximização do uso dos recursos da LIC e atração de investimentos em nível nacional e internacional”. Nesta mensagem é bastante evidente a pouca disposição para a construção de estratégias que envolvam efetivamente as forças do governo em ações para a área da cultura, pois a relação entre estado e criadores e empreendedores culturais é vista como tutela, sendo focalizada quase que exclusivamente a relação de financiamento.

Outro tipo de ação previsto é a formação de público, através do que é chamado de “educação cultural”, vista como a melhor maneira de formar público e qualificar a demanda cultural, “aproximando novos públicos (especialmente crianças e adolescentes) aos museus, cinemas e teatros, como alternativa ao entretenimento tradicional e criar oportunidades plurais de aperfeiçoamento do gosto cultural e estético de amplas camadas da população”.

Ações de inclusão também são previstas para estimular “a criação de grupos artísticos em comunidades carentes, incentivando a criação de oportunidades de trabalho na área cultural”. Esta primeira mensagem é importante na medida em que evidencia a visão de cultura com a qual o governo inicia sua gestão, uma concepção predominantemente voltada para as artes consagradas, vendo na cultura uma área com pouca relevância e cujas ações são orientadas sobretudo de modo liberal, para o financiamento através de mecanismos de isenção fiscal e estratégias de formação de público para as artes e de formação de grupos para a

geração de renda. A priorização apontada tem seu foco na recuperação de equipamentos culturais.

As mensagens referentes aos anos seguintes não contrariam estas constatações, o governo parece se limitar à continuidade de algumas ações já em desenvolvimento nos diversos órgãos ligados à Secretaria de Cultura. Somente em 2010, na última mensagem enviada à Assembleia, é feita uma menção à relação entre a área da cultura com aquilo que foi denominado “programas estruturantes”, definidos como “um conjunto de projetos que imprimem a marca do atual governo”. Segundo o documento a área da cultura é parceira dos programas: prevenção à violência, RS Mulher, RS Amigo do Idoso, dentro do programa estruturante Nossas Cidades. A SEDAC gerencia o Projeto de Valorização das Pessoas do Programa Estruturante Emancipar. As atividades desenvolvidas em 48 municípios, incluem oficinas de fotografia, apresentações de teatro, sessões de cinema e postos de leitura.

Houve a instituição por lei do Projeto Cultura-Cidadã no Rio Grande do Sul, que consiste na adoção, por empresas com responsabilidade social, de bibliotecas, centros e casas culturais, museus, teatros e outras fontes de cultura, que parece acentuar o domínio das empresas no campo.

Foi instituído por lei o Programa Pró-Cultura, sistema unificado de apoio e fomento às atividades culturais, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes de incentivos de contribuintes e do Fundo de Apoio à Cultura, em projetos culturais. Envolvendo diversos segmentos culturais e áreas de interesse em várias regiões do Estado, visando o acesso à cultura. A gestão do pró- Cultura compete à SEDAC, e sua operacionalização é feita via sistema informatizado, o que parece uma tentativa de responder aos problemas graves denunciados sobre o financiamento através da LIC. O novo sistema altera percentuais e dispõe sobre a destinação de parte dos recursos financiados com a LIC para o FAC. As empresas que financiarem projetos culturais poderão compensar até 100% o valor aplicado no ICMS. Dos recursos captados através da LIC, 10% deveriam ser depositado no FAC/RS, garantindo assim recursos para o financiamento direto de projetos menores. Esta alteração viabilizará a efetivação do Fundo de Apoio à Cultura-FAC, criado no Governo Dutra, mas que nunca havia recebido recursos.

Neste governo foi instituído, também, o Programa Gaúcho de Artesanato, com a finalidade de desenvolver a produção artesanal como atividade econômica (fonte de renda e trabalho), cultural e social.

Aconteceu durante o governo de Yeda Crusius a Convocação da II Conferência Estadual de Cultura no Estado do Rio Grande do Sul, com tema central: “Cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento”. A realização da conferência estava fortemente atrelada às políticas realizadas no nível federal tendo pouca relação com a busca de embasamento para a construção de políticas estaduais.

O conceito de cultura que embasa as mensagens enviadas à Assembleia pela Governadora Crusius tem um caráter predominantemente sociológico. Inicialmente, à cultura não é dada nenhuma relevância, mas ela parece crescer com o desenrolar do período de gestão e, na última mensagem aparece atrelada aos programas estruturantes chegando a gerenciar um dos projetos que, na mensagem, não é explicado. Mesmo os projetos que parecem enunciar uma atuação mais ampla reduzem-se ao final à educação em algumas artes, mostrando que o objeto das políticas é bastante reduzido e, as estratégias conservadoras, mas procurando articulação com as demais áreas, por mais que essa pareça restrita. Há ao final do governo uma mudança importante na lei de incentivo que possibilitará a operacionalização do Fundo de Apoio à Cultura.

Considerações finais

Nas mensagens enviadas à Assembléia Legislativa analisadas podemos observar as diferenças manifestadas nas intenções explicitadas pelos governos com relação à cultura. Vimos que o conceito de cultura utilizado nas diferentes gestões é na sua maioria vinculado às artes consagradas, ou seja, mais próximo daquele que a literatura identifica como o conceito sociológico de cultura. Com exceção do governo Dutra onde o conceito de cultura manifestado guarda coerência com as ações que planejava implementar, os demais, mesmo quando enunciam conceitos ampliados, demonstram pelas ações enunciadas um foco maior nas artes ou na cultura erudita.

A cultura parece ter pouca relevância para a maioria dos governos e, com exceção dos documentos referentes ao governo Dutra, os demais reservam um curto espaço para a área. No governo Yeda isto é evidente nos primeiros documentos que não destinam mais do que 4 parágrafos para tratar dos programas culturais (assim como aqueles referentes ao governo Britto e Rigotto), mas ganham mais espaço ao longo da gestão que é encerrada com um longo relato daquilo que foi realizado.

No que diz respeito à orientação das ações propostas, o objeto é, na maioria dos casos analisados, bastante restrito, sendo as ações vinculadas à fotografia, cinema, teatro, música e museus e, em sua maioria sendo “levadas” à população. Quando o objeto é ampliado, ele normalmente diz respeito à preservação da cultura gaúcha, o que significa estritamente a preservação do tradicionalismo defendido pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, que defende uma visão unitária e homogênea como “a” cultura gaúcha. A exceção parece, mais uma vez, estar no governo Dutra que apresenta algumas ações mais amplas e, que consideram a população como produtora de cultura.

No Estado do Rio Grande do Sul fica visível a crescente vinculação das atividades culturais com a produção econômica, e também com as empresas privadas, onde leis de incentivo fiscal em boa parte serviram para transferir as decisões sobre apoio a projetos para a iniciativa privada, indo ao encontro da idéia da centralidade da cultura como fonte de desenvolvimento econômico. Mesmo governos de centro-esquerda como o de Dutra mantiveram este mecanismo de financiamento e, apesar de manifestarem e tentarem implementar outros mecanismos, como o FAC, não alcançaram seu objetivo, na medida em que o mesmo não foi operacionalizado.

Os enunciados em torno da democratização e da interiorização estão presentes em praticamente todos os períodos, mesmo naqueles, como o de Rigotto, nos quais se restringe a participação antes conquistada. As ações de interiorização são dominadas, de um lado, por maior atenção e orçamento para os equipamentos abandonados no interior e, de outro, pelo fomento ao folclore associado à identidade do gaúcho, exceção, mais uma vez, para o governo de Dutra. A articulação com outras áreas aparece principalmente nas Ações que vinculam cultura e educação, mas no governo Yeda é enunciado o desejo de articulação com outras áreas como segurança e saúde.

Esta primeira aproximação com as políticas governamentais de cultura do Rio Grande do Sul apresenta, é claro, grandes limitações, na medida em que se baseou exclusivamente em documentos nos quais as intenções expressas pelos governantes são comunicadas aos representantes do povo. É fundamental que se contraste estas informações, primeiro com aquilo que foi realizado e contabilizado, através da análise das contas dos governos; segundo, através de entrevistas com os agentes do campo da cultura no Estado para que se possa considerar o processo de construção e de implementação destas políticas. Esta deverá ser a seqüência deste estudo.

Referências Bibliográficas:

BOTELHO, Isaura. *“Dimensões da Cultura e Políticas Públicas”*. São Paulo em Perspectiva. 2011.

BOTELHO, Isaura. *“A diversificação das fontes de financiamento para a cultura: um desafio para os poderes públicos”*. In: MOISÉS, J.A. e BOTELHO, I. (orgs.). Modelos de financiamento da cultura. Rio de Janeiro, Minc/Funarte, 1997.

BOTELHO, Isaura. *“A política cultural e o plano da idéias”*. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CULTURA E MERCADO. *Estados querem autonomia sobre financiamento cultural*. Em: <http://www.culturaemercado.com.br/noticias/estados-querem-autonomia-sobre-financiamento-cultural/> Consultado em 27/03/2012 às 14:33.

PITOMBO, Mariella. *“Entre o universal e o Heterogêneo”*. In: Nussbaumer, G.M (orgs.) Teorias e Políticas da Cultura. EDUFBA. Salvador, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

RIO GRADE DO SUL. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Mensagem à Assembléia Legislativa. Porto Alegre. Governo do Estado do Rio Grande do Sul.2009.

SISTEMA LEGIS. Sistema Integrado de Legislação e Informação Legislativa. <http://www.al.rs.gov.br/legis/> (Consulta no período de agosto à dezembro de 2011)

ZERO HORA. Secretaria do Estado da Cultura coleciona controvérsias. In: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/03/secretaria-do-estado-da-cultura-coleciona-controversias-2829980.html>, consultado em 21/03/2012.